

Ruth First e a história das ciências sociais em Moçambique: o “ouro negro” e o trabalhador migrante nas minas sul-africanas*

Diogo Valença de Azevedo Costa

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Adjunto III do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Desigualdades, desenvolvimento e cultura, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Possui pós-doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco e Universität Basel (Unibas). Nesta última, como bolsista da CAPES - Proc. no BEX 10774/13-0.

Endereço eletrônico: valencadiogo@ufrb.edu.br ou valencadiogo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Na história das ciências sociais moçambicanas, a cientista social, jornalista e militante comunista, Ruth First, ocupa um lugar de destaque na condição de diretora de pesquisas do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. Após a Independência de Moçambique em 1975, First coordenou uma abrangente pesquisa de campo, entre 1977 e 79, sobre a situação do trabalhador migrante de origem camponesa nas minas da África do Sul. Ainda na década de 1950, havia denunciado as terríveis condições de trabalho nas minas sul-africanas de ouro e carvão, alimentadas pelo fluxo de mão de obra barata e de baixa qualificação proveniente de outros países africanos, principalmente de Moçambique. Será apenas no final dos anos 70 que a autora irá sistematizar – graças ao trabalho de equipe proporcionado pelo seu exílio moçambicano,

na condição de opositora do regime do *Apartheid* – suas principais ideias no campo da Economia Política e das Ciências Sociais sobre a formação e o desenvolvimento do capitalismo sul-africano e sua hegemonia na região da África Austral. Em 1982, Ruth First foi assassinada por uma carta-bomba remetida pelas forças repressivas do regime racista.

A proposta do presente artigo é, nesse sentido, apontar algumas importantes contribuições de Ruth First para as ciências sociais moçambicanas e africanas. Com este objetivo, será analisado o seu livro clássico *Black gold: the Mozambican miner, proletarian and peasant* (1983), fruto dos relatórios da pesquisa de campo, anteriormente referida, publicados em inglês e português (*O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de trabalho*), nos anos de 1977 e 79.

A escolha da primeira publicação citada como fonte de análise se deve ao enriquecimento posterior da obra com a coleta de canções e entrevistas dos trabalhadores migrantes e mineradores moçambicanos¹. Em termos de suas contribuições para as Ciências Sociais em Moçambique, serão examinadas as posições teóricas, metodológicas e políticas de Ruth First e sua equipe de pesquisadores, debatidas em *Black gold*, estabelecendo aí comparações com a produção acadêmica dos representantes da vertente marxista da teoria da dependência na América Latina.

No tocante à sua importância para as ciências sociais africanas em geral, é de fundamental interesse perceber o seu contraste com a exploração do trabalho nas minas da África de hoje, em suas conexões com a dinâmica internacional do “capital especulativo parasitário”². A leitura do livro de Ruth First pode ser tomada como uma fonte ainda válida de hipóteses para pesquisas mais atualizadas que possam se debruçar, de um lado, sobre a dinâmica internacional dos países africanos em termos da extração de seus recursos naturais, exploração do trabalho, inserção comercial, relações políticas, diplomáticas e militares nos planos continental e mundial e, de outro, no caso específico de Moçambique ou de Angola, sobre o modo como têm se desenvolvido os projetos de cooperação com outros países do Sul Global (tais como Brasil, Índia, China e África do Sul), a fim de questionar se, de fato, essa troca de conhecimentos e presumida cooperação tem favorecido a quebra e superação de padrões históricos de dependência e subordinação ou se, ao contrário, vem concorrendo para criar e reforçar novas formas econômicas dependentes, ao ampliar a teia da dominação entre nações. Este último objetivo, contudo, não será aqui perseguido, pois investigar os dilemas da cooperação Sul-Sul exige um esforço prévio de desvendamento do papel específico do capital financeiro internacional em empresas brasileiras,

chinesas e indianas que se expandiram em direção a países da América do Sul e da África. A consideração da natureza exata do “capital financeiro” passa pelo questionamento de sua atuação nas periferias do sistema e, aqui, sugerimos algumas de suas particularidades no continente africano.

Outro propósito colimado é discutir a pertinência da utilização de certos conceitos, produzidos pelas ciências sociais nas investigações sobre sociedades europeias, no estudo de realidades africanas. Nesse estudo pioneiro sobre o trabalho migrante nas minas sul-africanas, Ruth First se pergunta se aqueles trabalhadores moçambicanos provenientes da província de Inhambane seriam proletários ou camponeses. Mais do que aceitar ou rejeitar empiricamente esses conceitos no contexto social, político e econômico da África Austral, seria talvez mais frutífero e relevante um esforço de reflexão sobre o recurso heurístico da comparação conceitual nas ciências sociais. É sempre um grande desafio transpor conceitos e teorias de situações sociais bastante específicas para realidades radicalmente diversas. Muitas vezes, esse exercício pode conduzir a graves equívocos e armadilhas, como o de construir imaginariamente cenários inexistentes em determinados contextos históricos. De outro lado, se criativa e originalmente reelaborado, o exercício de transposição conceitual poderia resultar em aprofundamentos e enriquecimentos do próprio processo de teorização nas ciências sociais. Seria oportuno questionar, nesse sentido, que importância as ciências sociais produzidas a partir de e/ou sobre “as Áfricas” teriam para reconsiderar as matrizes europeias e norte-americanas, ocidentais³ das teorias clássicas relativas às dinâmicas mundiais do capitalismo e das sociedades modernas. Utilizadas na análise de situações diversas, as teorias sociais podem sair profundamente modificadas de modo a darem conta de realidades mais complexas. O livro de Ruth First serve como um ponto de partida para o presente esforço crítico, em especial pelo caráter cosmopolita de seu enfoque interpretativo, cujas reflexões – por transbordarem as fronteiras nacionais e regionais da África Austral e superarem as limitações de certos etnocentrismos metodológicos das tradições europeias, clássicas e modernas – expressam uma ruptura intelectual e política com as fronteiras mentais impostas pela antiga partilha imperialista do continente africano.

Este artigo está dividido em quatro partes. Na primeira, é indicado o contexto histórico de surgimento das ciências sociais em Moçambique, logo após a Independência, em 1975, do qual faz parte a própria escrita de o *Ouro negro*. Nesta parte, é focalizada apenas em linhas muito gerais a primeira fase do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, durante o período em que Ruth First nele atuou como diretora de pesquisas.

A segunda seção é dedicada à apresentação das conclusões gerais – tais como foram dispostas em cada capítulo do livro – da pesquisa coordenada por Ruth First sobre a exportação de trabalhadores moçambicanos de base camponesa e rural para as minas sul-africanas. Na terceira parte, são apresentadas hipóteses de trabalho para se investigar, atualmente, as relações entre a exploração das minas africanas e a reprodução do capitalismo em âmbito mundial. Aqui é abordado o caso historicamente mais próximo, isto é, a exploração de ouro na cidade de Sadiola, no Mali, sugerindo-se tratar-se de um problema crônico no continente africano, que se reproduz graças à dinâmica da acumulação de capital no plano mundial. Na quarta e última parte, aprofunda-se a discussão conceitual sobre as possibilidades de comparação entre as realidades africanas e outros contextos sociais de países centrais e periféricos. Nas quatro partes, indicamos como estudos específicos sobre países africanos seriam capazes de reelaborar e precisar noções teóricas das ciências sociais, como a de capital financeiro. Esta é a questão teórica central que perseguimos neste artigo, estabelecendo comparações entre o trabalho de Ruth First e a situação mais recente de outro país africano.

AS CIÊNCIAS SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE: A LUTA ANTICOLONIAL E O MOMENTO DE TRANSIÇÃO SOCIALISTA

O marco de surgimento das ciências sociais propriamente ditas em Moçambique se dá com a emergência do movimento de libertação nacional e as guerras anticoloniais. Isso não significa a inexistência, no período colonial anterior, de um pensamento crítico e contestatório em construção. A esse respeito, o historiador Valdemir Zamparoni nos fornece excelentes exemplos de tentativas de produzir uma perspectiva crítica contra o colonialismo, contidas em periódicos como *O Africano* e *O Brado Africano* (ZAMPARONI, 2012). Além disso, a empresa colonialista ganhou ares de instituição científica por meio dos escritos de inspiração acadêmica que tentavam justificá-la e imprimir-lhe certa racionalidade, tendo como uma das figuras mais emblemáticas de tal expressão literária o então administrador colonial português António Enes⁴ (ZAMPARONI, 2012; PÉLISSIER, 2000, p. 169-171). Essa narrativa colonialista tinha como suporte o discurso jurídico-normativo de invenção do indígena, oscilando entre objetivos homogeneizadores/assimilacionistas da empresa colonial – que se outorgava uma missão civilizatória – e a necessidade de compreender a diversidade étnica e cultural dos territórios hoje conhecidos como Moçambique. Esse primeiro esboço de uma ciência social baseia-se, predominantemente, em

descrições etnográficas, à maneira de relatos de funcionários da metrópole portuguesa, como um meio de reconhecer as características dos povos originários e subjugar-los para o trabalho forçado. A “ciência social” da empresa colonizadora será cultivada por funcionários e administradores, agentes de missões religiosas filantrópicas (a exemplo de Henri Junod, da Missão Suíça) e intelectuais como Jorge Dias, um dos defensores da ideologia *freyriana do lusotropicalismo*, que procurou adaptá-la ao que considerava ser o “caráter nacional” português (MACAGNO, 2000). Apesar de seus limites históricos, tal “ciência social” deixou um legado importante de questões, dilemas e interpretações que serão criticados e ressignificados pelos ideólogos da luta de libertação nacional em Moçambique, de acordo com aquilo que entendiam ser a construção de um “novo homem” e de novos padrões de solidariedade social, avessos aos particularismos e à violência do colonialismo português.

Inúmeras outras expressões das ciências sociais durante o período colonial poderiam ser mencionadas; porém, o objetivo aqui se limita a evidenciar dois momentos políticos diferentes, que se apresentam após a Independência. Se não podem ser inteiramente reduzidas a objetivos colonialistas, as ciências sociais elaboradas em sua grande maioria por portugueses reproduziam preconceitos de tipo racista que justificavam a própria empresa colonizadora como missão civilizadora. O maior exemplo dessa vertente são os trabalhos de Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, responsável por uma conferência ministrada no ano de 1946, em Moçambique, sob o título “Como se deve estudar um preto do ponto de vista antropológico” (PEREIRA, 2005). A antropologia colonial deteve um grande papel nesse primeiro momento. Entretanto, como pensamento crítico e contestatório, isto é, livre das amarras colonialistas de seus horizontes intelectuais estreitos, as ciências sociais em Moçambique surgem com a luta de libertação nacional e o processo político da Independência. Essas ciências sociais emergem nas situações em que os diferentes grupos e categorias que compõem a sociedade podem, em alguma medida, expressar suas concepções de mundo e disputar as verdades inerentes a suas posições ideológicas. Nas condições em que o saber é tutelado por uma casta intelectual ou no qual a reverência ao passado e à ordem estabelecida se faz obrigatória, as ciências sociais podem surgir distorcidas como tentativas de justificar ideologicamente a dominação de determinados grupos políticos encrustados nas esferas de poder estatal e no controle das oportunidades educacionais. É nesses termos que Mannheim (1986) interpreta o surgimento do pensamento científico nos horizontes de sua sociologia do conhecimento. Tal interpretação também é válida para os países de origem colonial e dependentes, pois o advento das ciências sociais

de cunho moderno se dá com a quebra da monopolização do saber pelos colonos e representantes da Metrópole.

A guerra de libertação nacional, em Moçambique, acelerou esse processo de quebra do monopólio de casta sobre o conhecimento e da hegemonia ideológica colonialista e, nesse sentido, cito o livro *Lutar por Moçambique*, de Eduardo Mondlane (1995[1969]), como o primeiro esboço de análise sociológica mais sistemática da economia, cultura e sociedade moçambicanas. Não se trata de uma abordagem marxista *stricto sensu*, por mais que posteriormente se tenha tentado localizar a todo custo o pensamento político de Mondlane dentro do marxismo. Vejo-o como uma tentativa de interpretação objetiva da realidade social moçambicana e dos caminhos da guerra de libertação nacional. A sua perspectiva é predominantemente anticolonial, com alguns elementos de inspiração marxista⁵ nas propostas políticas avançadas.

Não seria demérito do livro apontar nele a ausência de uma inspiração marxista mais sólida. A interpretação e o desmascaramento do colonialismo português em Moçambique são historicamente exatos e parecem não ter sido superados, em suas linhas gerais, pela investigação historiográfica atual mais rigorosa, a qual dispõe de inúmeras outras fontes de informação e de uma visão mais abrangente dos fatos.

Uma única referência seria suficiente para ilustrar o que acabo de dizer. O mito do direito histórico de Portugal de colonizar Moçambique, por ter estado lá desde o século XVI, no início da expansão marítima capitaneada pela península ibérica, é derrubado logo no primeiro capítulo com um estilo de exposição franco e direto, sem rodeios ou beletismo, apoiando-se em dados objetivos, documentos e informações históricas precisas. A historiografia atual, a exemplo de Pélissier (2000), vem confirmar com inúmeros outros dados as teses a esse respeito, presentes em *Lutar por Moçambique*. Escrito para servir aos propósitos de propaganda de guerra da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), o livro não deixa de assumir uma postura objetiva diante da realidade moçambicana e, nesse sentido, pode ser considerado o marco de emergência das ciências sociais modernas num país em luta pela sua libertação nacional.

Ora, para essa visão objetiva da sociedade moçambicana deve ter contribuído, em forte medida, a formação de Eduardo Mondlane como cientista social⁶. Mas é oportuno salientar que a perspectiva anticolonial contida em *Lutar por Moçambique* – enraizada nas tradições históricas moçambicanas e motivada pela preocupação em entender de modo integrado a realidade nacional no contexto político, social, cultural, econômico e

internacional da África Austral – constituiu um excelente ponto de partida, embora não sendo propriamente um escrito marxista, para a elaboração de uma perspectiva materialista histórica não dogmática no CEA (Centro de Estudos Africanos), do qual Ruth First seria a futura diretora de pesquisas e responsável pela coordenação de projetos de investigação. Alinhado politicamente ao marxismo e dirigido pelo jornalista marxista, Aquino de Bragança, o referido Centro desenvolvia pesquisas de campo originais, com métodos e técnicas de investigação criativos e inovadores, que passavam muito longe de reproduzir as teses tradicionais sobre os países coloniais e semicoloniais, tais como foram legados pela historiografia oficial soviética, ainda bastante influente no período da Guerra Fria, entre as décadas de 1960 e 70, nas nações comprometidas com a via socialista de superação do subdesenvolvimento.

Neste artigo, não há lugar para uma descrição detalhada do livro de Mondlane, que atuou como uma espécie de intelectual-coletivo, em sentido *gramsciano*, ao escrevê-lo, pois as teses aí expostas representam a visão de umas das frações da FRELIMO e, de certa forma, os anseios de libertação na construção de uma identidade nacional moçambicana. Cumpre apenas mencionar que a afinidade maior entre esse livro e a pesquisa coordenada por Ruth First sobre o mineiro moçambicano seria o seu intento de alcançar um conhecimento objetivo do mundo social, para poder transformar a sociedade existente.

Outra afinidade entre Mondlane e Ruth First é que ambos possuíam formação em ciências sociais e tentavam embasar suas afirmações sempre em referências empíricas seguramente estabelecidas. No livro *Black gold*, por exemplo, os dados estatísticos são elaborados de forma precisa e dentro de uma perspectiva crítica, às vezes sustentando conclusões capazes de contradizer aquilo que seria esperado diante do ponto de vista ideológico assumido pela autora e sua equipe de pesquisadores. Ao mesmo tempo, as inferências das amostras coletadas, alusivas à população das cidades e regiões estudadas, são sempre feitas com cautela e obedecendo aos limites de sua significância estatística. Esse mesmo rigor no tratamento dos dados não é encontrado em *Lutar por Moçambique*, o que não significa, ali, ausência de uma preocupação com as evidências empíricas, como bem demonstram os dados apresentados no livro. Uma situação de guerra e de luta ideológica não permitiria, por suposto, a realização de uma pesquisa empírica sistemática como a que foi realizada por Ruth First e sua equipe. O mais importante é a semelhança na atitude intelectual desses dois cientistas sociais e militantes políticos, em relação à necessidade de fundamentar empiricamente suas

afirmações, teorias e nas suas tentativas de desvendar as tendências históricas em curso. O pensamento anticolonial de Eduardo Mondlane e a perspectiva marxista de Ruth First convergem na ideia de que o conhecimento científico objetivo é um poderoso instrumento de transformação social.

Os momentos em que ambos elaboraram seus respectivos livros, entretanto, são muito distintos. Apesar das referências políticas e ideológicas comuns, as diferenças de magnitude em suas fundamentações teóricas, escopo empírico e visão prospectiva se devem ao fato de as exigências cognitivas de uma ciência social praticada nos horizontes de construção do socialismo serem bastante diversas das de uma interpretação sociológica, antropológica ou histórica, realizada nos marcos de uma guerra anticolonialista e empenhada no esforço de manter a unidade política da luta armada.

Com a ascensão do partido da FRELIMO ao poder de Estado em Moçambique – o qual se depara com a difícil tarefa de edificação nacional, tendo em vista a construção do socialismo num país com estrutura econômica, política, social e cultural de forte herança colonial –, esperava-se do cientista social que ele fizesse algo mais do que justificar, com argumentos históricos e sociológicos, a necessidade da guerra anticolonial e estivesse disposto a realizar diagnósticos objetivos da situação, a fim de superar os dilemas do chamado período de transição, na superação do subdesenvolvimento. O Centro de Estudos Africanos, no qual Ruth First atuou como vice-diretora e diretora de pesquisas, tinha como objetivo político contribuir para a construção do socialismo em Moçambique, produzindo conhecimentos científicos úteis para a compreensão dos mecanismos de reprodução do subdesenvolvimento e, a partir disso, traçar planos e estratégias de superação das situações de exploração e pobreza⁷.

Tal esforço de construção do que poderíamos caracterizar como uma “sociologia concreta” (FERNANDES, 1980) nos ajuda a compreender o caráter do conhecimento produzido por Ruth First e sua equipe de pesquisadores. Esse foi o tipo de sociologia que floresceu nos países em transição ao socialismo, intensivamente praticada em países como Rússia e Polônia. Era uma espécie de sociologia descritiva, que muitas vezes operava com recursos interpretativos do método de explicação funcionalista e da sociologia empírica, sem que disso se fizesse reconhecimento público. A *sociologia concreta* procurava fornecer dados objetivos, capazes de orientar a implementação dos planos econômicos e os objetivos políticos de redefinir as próprias relações sociais de produção em novas bases. Ou seja, relações não mais sustentadas na produção de mercadorias e valorização do capital, mas em formas coletivas de autogestão, pelos trabalhadores, e de distribuição dos

resultados da produção. No contexto de liberação dos países africanos dos anos de 1950, 60 e 70, a incorporação do socialismo como uma técnica de superação do subdesenvolvimento motivaria o cultivo das ciências sociais em moldes semelhantes aos dos países do bloco soviético.

Ressalte-se que esse tipo de sociologia muitas vezes sucumbiu a tentações dogmáticas de encaixar os dados empíricos numa camisa-de-força teórica, supostamente marxista, com citações rituais dos manuais de materialismo histórico e dialético, bem como referências obrigatórias ao pensamento de Stalin ou às formulações oficiais dos partidos comunistas. Esse padrão autoritário de pensamento se reproduziu também em Moçambique, afetando o cultivo das ciências sociais de modo a enquadrá-las nas posições oficiais do partido da FRELIMO. O que não passava muitas vezes de mera sociologia empírica era colocado como análise dialética, a fim de receber legitimação política e intelectual dentro de regimes autoritários. Apesar de tais limitações, a “sociologia concreta” avançou muito, em termos de pesquisa empírica e, quando soube ir além das suas amarras ideológicas, alcançou também um grau considerável de conhecimento integrado da realidade social, nos seus múltiplos aspectos, combinando economia, sociedade, política e cultura. Os entraves do período de transição eram vistos dentro de uma perspectiva global, a qual procurava revelar as relações entre a cidade e o campo, a indústria e a agricultura, o local, o regional e o internacional, bem como as diversas interpenetrações entre o moderno e o arcaico, o novo e o velho no processo de transformação socialista da sociedade de classes.

Como avançar em direção ao socialismo, se os velhos problemas herdados da ordem colonial ameaçavam, no caso moçambicano, a possibilidade de ocupação da população trabalhadora e mesmo o nível de produção de subsistência, a sua segurança alimentar? Como enfrentar essa situação sem criar distinções de classe no seio das camadas camponesas? Como garantir os empregos nas indústrias, com toda a teia de comercialização do período colonial então desestruturada? Como superar a dependência dos trabalhadores migrantes moçambicanos em relação aos baixos salários, às vezes muito abaixo do nível de reprodução da força de trabalho (o que configura, no dizer de Ruy Mauro Marini, a superexploração do trabalhador), recebidos nas minas de ouro e carvão da África do Sul? Como garantir divisas estrangeiras, que poderiam ser reinvestidas no processo de industrialização, sem que as exportações dos produtos agrícolas fossem suficientes para tanto? Além disso, a construção do socialismo em Moçambique enfrentava dilemas característicos de um “comunismo de guerra”, com ameaças constantes provenientes da África do Sul e agravadas com o surgimento da RENA-

MO (Resistência Nacional Moçambicana). A África do Sul representava, indiretamente, os interesses das potências hegemônicas do Ocidente, que toleravam seu regime abertamente segregacionista, apesar de contrário aos *mores* sagrados da civilização cristã, livre e democrática, como um preço menor a pagar contra a expansão do comunismo; e a RENAMO se valia do discurso da diversidade étnica para justificar sua participação na resistência armada contra o poder da FRELIMO. De fato, o socialismo autoritário que guiou todo um processo de modernização homogeneizadora da sociedade moçambicana – com o fiasco da coletivização agrícola simbolizando as forças incontroláveis da história, que a própria revolução nacional não poderia contornar ou submeter –, insensível às diferenças culturais de seus povos originários, combatidas como resquícios de tribalismo e de crenças retrógradas, deu margens a que propostas políticas e militares como as da RENAMO se tornassem capazes de conquistar adeptos e simpatizantes. Qualquer tentativa de construção do socialismo dentro de tais condições se esgotaria nas suas próprias contradições internas e teria um fôlego bastante curto.

Essas são apenas algumas das perguntas, preocupações e dilemas históricos que Ruth First e sua equipe de pesquisadores se colocaram ao realizarem o estudo sobre o mineiro moçambicano. O seu objetivo não era formular uma teoria geral sobre a exploração ou mesmo legar uma nova interpretação do capitalismo a partir da observação dos acontecimentos na África Austral. No entanto, acreditamos que ela trouxe contribuições teóricas de relevo, que podem ser comparadas com as pesquisas realizadas por cientistas sociais latino-americanos localizados na perspectiva crítica da teoria marxista da dependência.

A autora não se preocupou em fazer citações rituais de autoridades ideológicas, a exemplo da figura mítica e heroica de Samora Machel, sempre evocada pelos ideólogos da FRELIMO para sustentar seus próprios pontos de vista; e mesmo as categorias marxistas utilizadas no livro são colocadas de modo original, sempre tentando revelar a especificidade de Moçambique, ou melhor, do processo de reatualização da acumulação primitiva de capital na África Austral, capitaneado pela África do Sul, em ligação com situações coloniais diversas de outros países.

Muito menos estava First interessada em construir uma teoria marxista da dependência a partir de Moçambique ou de África. Seu objetivo era bem mais modesto (se é que tal objetivo pode ser tido como modesto): contribuir para uma visão objetiva da realidade concreta de Moçambique e, a partir disso, orientar melhor os propósitos políticos de reconstrução nacional e da transição socialista. Esse foi o ponto de partida das ciências sociais modernas

em Moçambique e seu início estava vinculado a uma tentativa de edificação do socialismo, dentro das limitações de uma sociedade subdesenvolvida recém egressa do colonialismo. É certo que o CEA da Universidade Eduardo Mondlane passou por transformações após o período de reestruturação da economia moçambicana, iniciado em fins da década de 1980 (MOSCA, 2005); e, hoje, seus objetivos são muito diferentes daqueles que lhe foram originalmente atribuídos como missão, conforme se poderia demonstrar com uma investigação aprofundada das mudanças temáticas na revista *Estudos Moçambicanos*, principal publicação vinculada ao Centro. Nosso propósito aqui, entretanto, é sugerir o clima intelectual da fase inicial do Centro de Estudos Africanos, sem preocupações de fazer um levantamento completo de sua história até os dias atuais.

A pesquisa sobre o mineiro moçambicano foi realizada dentro dos marcos institucionais da disciplina “Sociologia do desenvolvimento”, pela qual Ruth First era responsável (BRAGANÇA, O’LAUGHLIN, 2014). Tal disciplina era frequentada por funcionários dos principais órgãos e instâncias administrativas do Estado, com diferentes níveis de escolaridade, e tinha o objetivo de dar suporte ao planejamento das ações do governo da FRELIMO. Grande parte da equipe de pesquisadores que participaram dos trabalhos de investigação de *O ouro negro* foi recrutada nesses quadros institucionais. A atuação de Ruth First, no Centro e na disciplina mencionada, teve sempre o propósito de conciliar o ensino da teoria nas ciências sociais com a prática de pesquisa. A despeito das críticas que podem ser feitas, hoje, aos alinhamentos ideológicos do CEA, a proposta de unir pesquisa, ensino e teoria nos parece bastante inovadora, se a compararmos com as orientações atuais de organização do ensino universitário das ex-colônias portuguesas, incluindo aí o Brasil. Na apresentação do livro *Black gold*, Ruth First explicita o nome dos pesquisadores; seria interessante um estudo que caracterizasse o perfil desse grupo de investigadores e reconstruísse o contexto acadêmico e político em que se inseriam. Nosso objetivo aqui é mais modesto; limita-se a discutir algumas das teses principais da obra, no intuito de estabelecer comparações com outras situações históricas, mais atuais, de exploração do trabalho no continente africano.

O livro de Ruth First pode ser tomado como um clássico das ciências sociais em Moçambique, pela relevância de suas conclusões teóricas; ao mesmo tempo, se constitui num dos melhores exemplos de cultivo da “sociologia concreta” nos países que tentaram realizar a transição socialista. Ele também revela o rico ponto de partida das ciências sociais em Moçambique, que floresceu no CEA, o qual se caracterizava não pela especialização

acadêmica, mas pelo esforço de integrar campos distintos do conhecimento, da economia à sociologia, passando pela história e pela antropologia. Não se pode dizer que *O ouro negro*, por exemplo, é um livro de sociologia. É mais adequado situá-lo no campo da Economia Política; mas ali há também uma sociologia embutida e podemos encontrar pontos de divergências com as teorias da modernização, muitas vezes exportadas do centro capitalista para as periferias.

No intuito de indicar algumas das principais contribuições teóricas do livro *O ouro negro*, passamos, agora, a expor suas teses centrais, comparando com elementos da teoria marxista da dependência, então produzida na América Latina um pouco antes, nas décadas de 1960 e 70.

Nesse trabalho, Ruth First tem a preocupação de se apoiar na fundamentação empírica. Assim, nenhuma afirmação teórica de relevo é feita sem alusão às evidências coletadas e interpretadas. No caso da teoria marxista da dependência, embora se possam conhecer as referências empíricas de autores com grande capacidade teórica – como Ruy Mauro Marini⁸ (2012), Vânia Bambirra (2013) e Theotônio dos Santos (1991 e 2000) –, o trabalho de Ruth First é muito mais exigente. Essa diferença talvez se explique pelo fato de tais pensadores estarem mais preocupados em alicerçar uma nova visão crítica das sociedades capitalistas periféricas em conexão com os dinamismos do capitalismo mundial controlado pelas nações hegemônicas. Nesse trabalho de formulação teórica, as evidências empíricas poderiam, sem grave prejuízo, ser parcialmente negligenciadas.

Essas rápidas alusões às teorias marxistas da dependência na América Latina, sem grandes preocupações sistemáticas, têm o propósito de mostrar como, a partir de um trabalho empírico sobre contextos históricos específicos do continente africano, podemos levantar questões teóricas relevantes para o conjunto das ciências sociais, de modo a redefinir e aprofundar aspectos da própria teoria sociológica geral. A crítica às perspectivas eurocêntricas nas ciências sociais, ao assumir novos lugares políticos de fala dos sujeitos, a partir das periferias do sistema capitalista, não significa abandonar o trabalho de reelaboração conceitual e metodológica das matrizes ocidentais de pensamento. Essa é a forma como interpretamos o sentido do fazer teórico presente em *Black gold* e nas contribuições da perspectiva marxista da dependência.

O “OURO NEGRO” E O CAMPONÊS MOÇAMBICANO: SUPEREXPLORAÇÃO E SUBIMPERIALISMO

O livro é uma obra coletiva, apresentando os resultados de uma ampla pesquisa empírica coordenada pela investigadora sul-africana Ruth First. Levada a cabo em 1977, em Moçambique, a investigação focalizou as condições de vida dos trabalhadores migrantes nas minas da África do Sul. Combinando procedimentos de pesquisa quantitativa, com dados relativos ao fluxo de trabalhadores, contratos, salários, período de contratação etc., e entrevistas em profundidade, a investigação se vinculava à tentativa de reconstrução da economia e sociedade moçambicanas, após o término da guerra de libertação, em 1975, buscando orientar com base empírica adequada as políticas sociais provenientes da opção ideológica pelo socialismo. Assim, procurava explicar, por exemplo, como os trabalhadores moçambicanos migrantes de origem camponesa, passando pela experiência da proletarianização nas minas sul-africanas e adquirindo novos conhecimentos técnicos, poderiam agora contribuir para a industrialização de seu próprio país? A caracterização do trabalho migrante em Moçambique, para a África do Sul, tem sido uma constante nas pesquisas de vários autores (HARRIS, 1959; HARRIES, 1976; RITA-FERREIRA, 1991; ALLINA, 2013). Tais estudos altamente especializados servem de contraponto às conclusões gerais contidas em *Black gold* e permitem avaliar em que medida o livro tem consistência empírica, teórica e metodológica. O que singulariza, de certo modo, a obra de Ruth First é o esforço de situar o trabalho migrante na interpretação da gênese e desenvolvimento do padrão de acumulação capitalista, de tipo colonial e dependente, que se estabelece duplamente entre Moçambique e África do Sul. Trata-se de um problema difícil de equacionar apenas em termos teóricos, pois envolvia o objetivo prático de conquistar a adesão dos trabalhadores migrantes ao processo de construção nacional.

O enfrentamento do problema não seria simples. Não bastaria apenas dizer ao minerador moçambicano para regressar ao seu país, agora liberto do jugo colonial português, e se dedicar ao desenvolvimento da indústria nacional, numa situação de liberdade e igualdade. As condições que tornavam imperiosa para o minerador a migração, a exemplo da necessidade de complementar a renda insuficiente de uma agricultura familiar de subsistência e tecnicamente precária, ainda persistiam. Além disso, as pressões econômicas representadas pela hegemonia sul-africana na região não teriam se alterado com a transformação política de Moçambique. Ao contrário, a ameaça representada por um Moçambique liberto do regime segregacionista

do *Apartheid* servia como uma caixa de ressonância que ampliava as disputas políticas, ideológicas, econômicas e militares entre os dois países.

O livro evidencia o engajamento político da autora e, ao mesmo tempo, é construído dentro das exigências do rigor acadêmico. Divide-se em quatro grandes partes. Na primeira, são abordadas causas e fatores históricos da exportação do trabalho, e analisada a simbiose entre o colonialismo português e as necessidades de acumulação de capital da indústria mineira na África do Sul. São desvendadas, aí, conexões entre tais necessidades de acumulação, a função do ouro na economia capitalista mundial, em suas ramificações com a Europa, por exemplo, e a importância, para Portugal, da manutenção de um obsoleto regime de espoliação e exploração colonial da força de trabalho. O colonialismo português em Moçambique era vital para a reprodução capitalista da África do Sul, mesmo que, por vezes, houvesse divergências de interesses entre colonos portugueses e as grandes corporações sul-africanas voltadas para a exploração das minas de ouro e carvão.

Os baixos salários pagos aos trabalhadores migrantes moçambicanos eram, ao mesmo tempo, fontes de divisas para a metrópole portuguesa e meios de barateamento dos custos de produção para as corporações sul-africanas, que combinavam, ao longo de todo o século XX, o mínimo de trabalho qualificado, branco, com a exploração de grandes contingentes de trabalhadores negros africanos. Uma espécie de “capitalismo racial” reforçava o próprio regime segregacionista da África do Sul e possibilitava-lhe, por meio da intensificação do trabalho, rebaixar o custo da mão de obra para um nível inferior ao das suas necessidades de reprodução como trabalhadores e de sua família. A combinação entre proletarianização parcial e economia camponesa – à qual os operários das minas continuavam vinculados, pois nos intervalos entre um contrato de trabalho e outro na África do Sul eles retornavam para suas casas e durante seu período de ausência seus familiares, esposas e filhos, assumiam o labor agrícola – também permitia transferir o custeio da reprodução da mão de obra e de suas famílias para os próprios trabalhadores, ao cultivarem bens de consumo próprios e/ou que pudessem ser vendidos no comércio local.

Esse arranjo criou uma situação política que caracterizaríamos como subcolonial e subimperial. O colonialismo português estava subordinado às determinações de órgãos oficiais da África do Sul e esta, por sua vez, como potência intermediária da fome de ave de rapina do capital europeu, se aproveitava das condições internacionais de preço do ouro para tentar abocanhar uma parcela maior da mais-valia então produzida pelos trabalhadores migrantes, moçambicanos e de outros países da África Austral. Para

Ruth First, o colonialismo português foi uma espécie de “colonialismo por procuração” sustentado por um Estado colonial duplo, em que a espoliação do trabalhador era feita pelos acordos entre Portugal e África do Sul; esta última ditava a maior parte das condições. Essa é uma descrição exata e empiricamente consistente das teses de Ruy Mauro Marini (2012) sobre a combinação entre superexploração e subimperialismo, mas apanhando uma situação colonial típica.

A segunda parte do livro traça o perfil da força de trabalho nas minas sul-africanas. A autora focaliza as mudanças na indústria mineira, na década de 1970, com as inovações tecnológicas, bem como as pressões para aumento e redução da força de trabalho vivo ou do capital variável diante das oscilações do mercado internacional. São apontadas também as condições adversas, impostas aos trabalhadores das minas nos contratos assumidos, as estratégias dos órgãos oficiais da África do Sul para manter constante o fluxo de mão de obra. Ademais, o aspecto subjetivo da visão de mundo dos operários é retratado nas músicas por eles cantadas e nas entrevistas concedidas aos pesquisadores.

Nessa parte do livro, são contrastadas de modo original a situação objetiva dos operários mineiros em processo de proletarização e as mudanças em seus modos de apreender o mundo, a sua consciência e seu lado subjetivo. A autora parece perseguir qual seria o grau de consistência dessa consciência de classe em formação, a fim de assinalar elementos de identificação política de tais trabalhadores. Embora não esteja tão explícito, o objetivo almejado seria saber como essa força operária incipiente poderia contribuir, com suas habilidades e qualificações técnicas, para o processo de industrialização em Moçambique, e que tipos de sacrifícios esses trabalhadores poderiam assumir, ante o seu nível de consciência de classe e, também, a partir de suas aspirações subjetivas e desejos de construir uma vida melhor para suas respectivas famílias. Ou seja, procurava-se saber que alternativas o governo moçambicano pós-Independência poderia oferecer a esses trabalhadores, tendo em vista o entusiasmo com a libertação recente do jugo colonial e, ainda, as dificuldades de reorganização da vida econômica em novas bases.

A terceira parte do livro é um estudo de caso sobre a origem camponesa dos trabalhadores mineiros, realizado na província de Inhambane, localizada ao sul de Moçambique. As transformações da vida camponesa com a penetração da economia monetária – então proveniente do dinheiro enviado às suas famílias pelos operários mineiros dos salários por eles recebidos – são focalizadas em termos da diferenciação social entre camponeses pobres e médios que a nova situação começava a estimular. A formação de

um pequeno mercado local para os produtos agrícolas; a produção para exportação, antes estabelecida em bases coloniais; a agricultura de subsistência, tudo isso é afetado e reorganizado pela penetração e intensificação de uma economia monetária. Esta, por sua vez, na interpretação de First, tornou-se funcional para a reprodução da própria economia camponesa e ambas se tornaram complementares. A distinção estanque entre tradicional e moderno feita pelas versões mais dogmáticas da teoria da modernização não caberia no caso concreto de Moçambique. Assim como a teoria da dependência na América Latina direcionou fortes críticas a essa visão reducionista contida nas teorias da modernização⁹ e nas ideologias desenvolvimentistas dos anos de 1950, o livro de Ruth First demonstra com uma sólida elaboração empírica que esse não seria o caso também em Moçambique e, poderíamos dizer, para o conjunto da África.

Por fim, a quarta e última parte discorre sobre a identificação de classe dessa mão de obra migrante. Seus integrantes seriam proletários ou camponeses? Esse é o texto menos extenso do livro; porém, sintetiza as conclusões teóricas mais relevantes do estudo. Seria interessante começar a leitura do livro pelo seu final, isto é, ler o último capítulo e depois ir descobrindo como a autora alcançou uma visão teórica mais ampla da sociedade moçambicana.

Diríamos que há na presente seção da obra elementos de inovação que poderiam ser aproveitados nas teorias marxistas da dependência, pois se trata de um esforço de apreensão da realidade, produzido no contexto da transição de um país africano recém-egresso do colonialismo e detendo, por isso, problemas e dilemas enfrentados no processo de construção nacional, agravados de maneira exponencial. Um marxismo de importação não ajudaria a resolver nenhum dos problemas identificados no livro. Desse modo, toda a vitalidade teórica da obra se revela nesta parte do trabalho.

Além de conclusões semelhantes às da escola marxista da dependência na América Latina¹⁰, a questão teórica colocada por Ruth First se revelava como um problema político de reorganização da economia moçambicana em bases não capitalistas. Havia aí uma completa simbiose entre teoria e *práxis* política, em que a segunda ajudava a tornar mais consistente a primeira. O dilema posto – agricultura camponesa individual ou trabalho agrícola cooperativo, para vencer a crise econômica deixada pelo colapso do modo de produção colonial, provocando baixa produtividade, crise de abastecimento e distribuição, com insuficiente patamar de industrialização – era respondido em termos da decisão do governo moçambicano de criar alternativas para os trabalhadores que não eram mais somente camponeses, nem completamente proletarizados. A autora parece sugerir que, para a agricultura apoiar

e sustentar o processo de industrialização em Moçambique, as aspirações individuais dos camponeses e trabalhadores deveriam ser levadas em conta, de modo que o trabalho cooperativo nas fazendas não se tornasse algo imposto, ou coletivamente forçado, a exemplo do que ocorrera em outros países em transição ao socialismo. Se é na prática política que se revela a força da teoria, Ruth First se lançou a essa corajosa tarefa histórica. E, se os acontecimentos seguiram outros rumos, isto não se deve a um diagnóstico falso da realidade moçambicana, mas talvez, justamente por esse diagnóstico não ter sido aproveitado seriamente e não ter sido tomado como pressuposto para se traçar linhas consistentes de ação.

O livro clássico de Ruth First tem o mérito de tornar mais precisas diversas formulações que podem ser retiradas das teorias marxistas da dependência, vislumbradas num caso concreto específico, embora não fosse essa a intenção da autora. Pode-se falar, assim, de afinidades eletivas entre o *Ouro negro* e a teoria marxista da dependência. Porém, o mais importante a destacar é que, superando na prática de pesquisa o colonialismo mental, Ruth First demonstrou ser possível produzir contribuições teóricas originais a partir do diálogo crítico e em condições de autonomia intelectual com as matrizes clássicas e modernas das ciências sociais originárias da Europa e Estados Unidos. Na qualidade de intelectual militante do Partido Comunista da África do Sul, Ruth First não desvinculou suas preocupações teóricas de objetivos de transformação da realidade em direções mais igualitárias. Ao ser convidada para trabalhar como diretora de pesquisas do Centro de Estudos Africanos, a autora era então professora renomada na Inglaterra, tendo trabalhado por seis anos na *Durham University*. Embora nosso intuito aqui não seja o de reconstruir a trajetória de Ruth First, é oportuno dizer que seus escritos compreendem desde o debate feminista de sua época, passando por questões mais específicas da África do Sul e, incluindo, dentre outros assuntos, os processos políticos de golpes de Estado no continente africano¹¹.

Outro ponto importante do livro é que, infelizmente, ele não revela o passado, mas o presente, pois o mecanismo de reprodução ampliada de acumulação primitiva de capital se renova nos tempos de hoje não só em África, mas também na América Latina (com a exploração das minas no Peru e do manganês no Brasil, no Estado do Amapá) e faz parte da espoliação dos recursos naturais e humanos levada a efeito por multinacionais, instituições financeiras, bancos e organizações como FMI e Banco Mundial. O ouro africano ainda continua sendo uma das fontes de reprodução e ampliação da riqueza mundial baseada no “capital especulativo parasitário”. O capital volátil tem um peso bem concreto e não paira no ar, como querem os alqui-

mistas da ciência econômica contemporânea. O suor e o sangue de muita gente tornam esse ouro uma mercadoria ainda mais valorizada na economia internacional. Esse é o assunto abordado na próxima seção, procurando-se estabelecer relações, a partir do exemplo da cidade de Sadiola, no Mali, entre a especulação financeira internacional e a exploração do trabalho nas minas africanas.

O “CAPITAL FINANCEIRO” E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NAS MINAS AFRICANAS

O livro de Ruth First desperta nossa atenção para o papel da especulação financeira na exploração do trabalho nas minas sul-africanas. A compreensão da própria noção teórica de “capital financeiro” pode ganhar muito com estudos especificamente voltados para as realidades africana e latino-americana. Por isso, ao invés de concentrar a discussão num caso particular de cooperação Sul-Sul – a exemplo da presença da empresa brasileira Vale, no norte de Moçambique –, nossos questionamentos em torno da categoria “capital financeiro”, a partir de África, nos levam a estabelecer um paralelo entre a exploração do ouro na África do Sul nos anos 1970 e a situação da cidade de Sadiola, no Mali, em pleno início do século XXI. O ouro continua a ser uma das bases desse capital financeiro e sua produção se relaciona diretamente com a exploração do trabalho, associada a métodos violentos de acumulação primitiva baseados na mais-valia absoluta e em formas de exploração não especificamente capitalistas, caracterizadas pela divisão “racial” do trabalho e pela violência política contra parcelas significativas da população africana. Um enfoque exclusivo sobre os centros hegemônicos seria forçosamente incompleto e não daria conta dessa dinâmica global.

A elaboração teórica da categoria “capital financeiro” não é algo estranho às diversas realidades africanas, pois estas se vinculam à dinâmica mundial e sofrem direta ou indiretamente as consequências negativas da mundialização do capital. Na verdade, a natureza exata do capital financeiro e sua elaboração precisa, como categoria analítica, em termos marxistas, têm muito a ganhar com um enfoque voltado para a exploração do trabalho nos países do continente africano e com as novas formas de reprodução do colonialismo.

Nos horizontes políticos aqui assumidos, a África é também um lugar de produção da teoria nas ciências sociais. A natureza do capital financeiro, nas suas formas mais avançadas de valorização, só poderá ser compreendida se introduzirmos, historicamente, África nesse debate. O paralelo entre o

trabalho nas minas de ouro sul-africanas aqui analisado e o caso da cidade de Sadiola, no Mali, nos permite identificar alguns dos principais determinantes da categoria “capital financeiro”. Nos centros de estudos africanos espalhados pela Europa, assim como nos seus congêneres sobre América Latina e Oriente, a ideia é que o lugar de produção da grande teoria se encontra nas sociedades ocidentais modernas, tidas como altamente complexas e diferenciadas, enquanto África, América Latina, Ásia, Leste Europeu etc., seriam meras ilustrações que escapam à teorização ou subtipos de sociedades que se afastam ou se aproximam dos tipos supostamente mais avançados e desenvolvidos.

Essa é uma visão cômoda, que oculta mecanismos de dominação no plano simbólico e cultural, próprios de governos e nações que se atribuem uma vocação imperial. Desvendar as relações entre o “capital financeiro”, a exploração do ouro em África e a superexploração dos trabalhadores africanos, questionando categorias elaboradas com base no pensamento Ocidental, no caso o marxismo, é um meio de superar limitações conceituais das ciências sociais construídas numa perspectiva eurocêntrica. Isso pode ser feito, contudo, sem se abrir mão da herança crítica de tal pensamento.

Nesse sentido, maior precisão conceitual da própria teoria marxista sobre acumulação de capital, imperialismo e capital financeiro só poderá avançar se as periferias forem incorporadas nessa teia complexa de interações e influências recíprocas. Em retorno, uma atuação política nos países africanos contra a fome de ave de rapina do capital internacional muito sairia ganhando se, ao incorporarmos África como fonte de produção de teorias sociológicas, os mecanismos políticos e ideológicos de sua inserção desigual na divisão internacional do trabalho puderem ser desvendados e combatidos pelas forças sociais progressistas de seus respectivos países.

Muito em voga nos anos de 1970 na América Latina e com ramificações também em África, a exemplo da obra de Samir Amin (1970; 1976), a teoria da dependência pode ser hoje utilizada para analisar as dinâmicas geopolíticas, culturais e econômicas internacionais entre os centros e as periferias, de um lado, e as próprias transformações dos centros capitalistas mais desenvolvidos, que passaram a fomentar suas periferias internas, de outro. O padrão de desenvolvimento desigual e combinado, entre diferentes regiões, é apontado, pela teoria da dependência, como característica que se reproduz hoje de forma acentuada.

Não se trata aqui de sustentar velhos e novos modismos, como o da teoria da dependência ou quaisquer outros atualmente em voga no mercado editorial acadêmico, mas de recuperar algo que parece ter sido deixado de

lado no cultivo das ciências sociais em formações culturais periféricas; ou seja, tentam-se construir teorias sociológicas no confronto entre as matrizes ocidentais de pensamento das ciências sociais e a crítica dessas mesmas matrizes, a partir do lugar de fala de pesquisadores situados, muitas vezes de forma marginalizada, nas periferias do sistema mundial de poder.

Essa era a proposta dos teóricos da dependência: criticar teorias de gênese europeia, no caso o marxismo, e, a partir da crítica, inserir as realidades periféricas na própria construção teórica, de modo a questionar o caráter parcial e as insuficiências das ciências sociais de matrizes ocidentais, num esforço de procurar ir além e produzir um tipo de conhecimento que abarcasse diferentes situações históricas.

Não basta defender novos lugares de fala e de produção de discursos contrahegemônicos, uma conquista inegável das perspectivas pós-coloniais; faz-se necessário questionar por dentro os saberes eurocêntricos hegemônicos, e uma das maneiras de fazer isso é demonstrando, não só que o conhecimento por eles alcançado se apresenta como insuficiente e distorcido, mas indo além dessas limitações e produzindo teorias mais consistentes e capazes de compreender e articular numa visão de conjunto os centros e as periferias componentes do sistema. Os teóricos marxistas da dependência trabalharam em tais direções. Encontramos essa mesma orientação no livro *Black gold*, de Ruth First. Apesar de suas raízes eurocêntricas, o marxismo se transformou em arma teórica e política dos povos submetidos à dominação colonial e imperialista, estimulando pesquisas históricas como *Os jacobinos negros*, de Cyril Lionel Robert James (2000). Esse historiador, vinculado à IV Internacional, foi também um defensor do nacionalismo africano, apoiando o processo político da independência de Gana. Ao se aproximar da situação concreta dos países africanos e latino-americanos, a análise marxista termina por ganhar importantes subsídios para criticar e superar os fundamentos eurocêntricos de sua visão de mundo original.

Um grave equívoco seria considerar que o desenvolvimento capitalista, isto é, a generalização da forma de exploração pela mais-valia relativa, acabaria por eliminar formas primitivas da exploração capitalista, a mais-valia absoluta, ou mesmo fazer desaparecer formas outras de exploração, não capitalistas, como a divisão “racial” do trabalho e modalidades abertas e veladas de escravidão e/ou dependência servil. As leis de desenvolvimento do modo de produção capitalista – tais como expostas por Marx em sua *Magnum opus* – reproduzem, num plano elevado de abstração, as suas tendências mais características, como se elas se movessem em seu estado puro. Os sucessivos graus de concreção alcançados pelo estudo do modo de produção capitalista

conduzem à incorporação de outras determinações históricas, econômicas, políticas e culturais. É importante levar isso em conta porque as leituras de *O capital* que sempre procuram buscar confirmação ou refutação pelos fatos, segundo perspectivas lógico-dedutivas e indutivas são desprovidas de sentido. O método dialético de Marx oferece um meio de elaborar o conhecimento das sociedades concretas em suas múltiplas dimensões, políticas, sociais, econômicas, culturais, ideológicas e de quaisquer outros tipos. As categorias contidas em *O capital* seriam, nesses termos, pontos de partida lógicos, epistemológicos, científicos e metodológicos; assim, se situam num grau elevado de abstração e generalização, apesar de possuírem um conteúdo histórico concreto, pois sem a existência mesma do modo de produção capitalista tais noções teóricas nunca teriam sido imaginadas no âmbito da economia política. A caracterização das classes sociais será, nos horizontes desta argumentação, bastante diferente, conforme o nível de abstração esteja situado na abrangência teórica de *O capital*, de um lado, ou a intenção seja o estudo de formações sociais específicas e concretas, como o próprio Marx apresentou em livros como *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (2005), de outro. Nesse sentido não se pode dizer que haveria contradição no fato de que, no primeiro livro, Marx teria delimitado as relações entre três classes sociais, capital, trabalho e renda da terra, enquanto no segundo as classes se diversificam em nobreza, grande burguesia, pequena burguesia, proletários, camponeses e, ainda, *lumpenproletários*. O que há de diferente aí são os níveis diversos, complementares e interdependentes de abstração e concreção das categorias lógicas e históricas. É nesses termos que se deve avançar no esforço de compreensão do desenvolvimento capitalista nos países africanos, fazendo uso de categorias teóricas, na tentativa de sucessiva e simultânea aproximação de suas realidades concretas.

A situação particular da cidade de Sadiola, no Mali, representaria tal exemplo histórico de várias outras situações de reprodução da pobreza, do subdesenvolvimento, poluição do meio ambiente e de desenvolvimento desigual e combinado em torno da extração de ouro e superexploração do trabalho nas minas africanas. O relato do caso de Sadiola é fornecido por Gilles Labarthe em *L'or africain: pillages, trafics & commerce international* (2007), cujas informações são aqui aproveitadas como sugestões para algumas hipóteses mais gerais de pesquisa sobre a exploração do trabalho nas minas africanas.

Um primeiro grupo de hipóteses diz respeito ao que se chama genericamente de “capital financeiro”. A real natureza desse tipo de capital poderá ser melhor explicada em referência ao estudo da extração de ouro e

exploração do trabalho nas minas africanas. Ora, a percepção de que esse capital é volátil e altamente rotativo produz a ilusão de que ele possui uma existência autônoma, mágica e fetichista, dominando a vida econômica mundial. O pior pesadelo de Marx teria ganhado vida na existência do “capital financeiro”, pois ele eleva à enésima potência o grau de fetichismo do processo de valorização do capital e das mercadorias. Caberia aos economistas encontrar maneiras de domesticar tal “ser indomesticável”, com as políticas de ajuste fiscal e equilíbrio das contas públicas, demissões saneadoras e outras medidas austeras para os trabalhadores e o conjunto das camadas populares. A verdade, porém, é que a rede de poder do capital financeiro possui sua origem e natureza real na exploração do trabalho e na extração da mais-valia do trabalhador. Esse capital também se alimenta das tentativas constantes de transferir para o trabalho, cada vez mais, os custos de sua auto reprodução, tais como os planos privados de previdência e saúde, fundos de poupança com os quais os especuladores podem sair lucrando em suas operações nas bolsas de valores. Por isso, a natureza do “capital financeiro” ficará mais evidente se forem realizados estudos sistemáticos para perceber suas relações com a exploração do ouro nas minas da África.

O ouro, esse “mineral nevrálgico” (LABARTHE, 2007, p. 13), esteve associado no período da Guerra Fria à indústria nuclear da corrida armamentista, uma realidade que ainda continua em pleno vigor. “Algumas das maiores multinacionais do ouro são também ativas na extração de urânio. Não é um acaso que se encontre um gigante nuclear francês, Areva, na pesquisa e exploração do ouro, no Sudão e Costa do Marfim” (*idem*, p. 20). Apesar de seus usos diversificados, por exemplo na indústria microeletrônica, o ouro continua a representar a reserva última de riqueza dos países e esse metal se conserva como a objetivização do trabalho social. “Nas formas de lingote, de barras ou joias, ele constitui o valor-refúgio por excelência da poupança privada, em todos os continentes” (*idem*, p. 13). As joias e relógios caríssimos produzidos em ouro são apenas o aspecto mais aparente do fenômeno. Não são mercadorias que, por serem produzidas a partir de um metal raro, possuem um preço exorbitante. O ouro é, na verdade, o fruto da exploração do trabalho mais brutal a que têm sido submetidos os homens atualmente. Devido a seu esgotamento na superfície, sua produção não se dá pelo garimpo tradicional; são necessários grandes investimentos para extrair, de grandes volumes de minério bruto, uma pequena quantidade. A separação do ouro se dá por meio de lavagem e do uso do mercúrio, que serve para amalgamação e separação desse metal tão precioso. O mercúrio é altamente tóxico e prejudicial à saúde. Além disso, a poeira resultante da atividade de

extração do ouro é mais um fator de poluição ambiental. O que aumenta o valor desse metal nobre não é a sua raridade, pelo que geralmente se argumenta com base na lei da oferta e da procura, mas a exploração excessiva dos trabalhadores que participam diretamente de sua produção. No caso da cidade de Sadiola, no sudoeste do Mali – um exemplo que confirma todos os outros nas demais sociedades e países africanos – as multinacionais do ouro e os bancos internacionais são atraídos para a exploração desse metal devido ao baixo valor da mão de obra, à ausência de regulação e fiscalização das leis trabalhistas, a uma legislação ambiental branda e, por fim, aos favores e vantagens mútuos trocados entre os diretores das empresas estrangeiras e os poderes públicos locais. A corrupção está incrustada nessas empresas multinacionais, muitas delas com matriz no mundo europeu civilizado, e com ramificações globais e capital internacionalizado. Com vantagens tão absurdas, que beiram à insensibilidade com suas consequências nocivas mais evidentes – como aumento de: desemprego, alcoolismo, prostituição, fome, pobreza, violência etc. –, não é nenhuma surpresa que se consiga auferir lucros extraordinários na extração do ouro. Nesse metal se solidifica o padrão mais extremado de exploração da força de trabalho do capitalismo contemporâneo. O ouro é, portanto, a encarnação do trabalho vivo na forma de metal precioso e, por conseguinte, ele também representa o conjunto das relações sociais responsáveis pela sua produção.

Apesar da superação do padrão-ouro e sua substituição pelo padrão-dólar, devido à natureza mesma de sua produção e ao seu lugar privilegiado na especulação mundial, uma maior quantidade de reserva em ouro representa o domínio que cada país, região ou empresas multinacionais possuem sobre a expropriação e exploração do trabalho alheio. Para se compreender em termos histórico, concretos a própria movimentação do “capital financeiro”, seu caráter parasitário e sua rede mundial de poder, é preciso empreender investigações mais específicas, voltadas para a exploração do trabalho nas minas de ouro africanas. Essa talvez seja a fonte principal do capital financeiro especulativo e, para obtê-lo, se faz necessário combinar formas diversas de exploração, capitalistas e não capitalistas. Gilles Labarthe (*idem*, p. 31) cita diversos casos de morte por excesso de esforço físico, contaminação das águas por mercúrio, e do ar pela poeira resultante da extração de ouro. Isso se deve à exploração excessiva do trabalho por meio de extração da mais-valia absoluta. Ademais, o sistema de exploração do trabalho na cidade de Sadiola relembra modelos típicos do *apartheid*, com o capitalismo se servindo do racismo para intensificar a exploração dos trabalhadores malineses. “Por que os salários, condições de alojamento dos operários, cuidados, repouso

e mesmo as rações de leite em pó são diferentes segundo a cor da pele?” (*Ibidem*). Ao mesmo tempo, a drenagem desses recursos naturais apresenta a dimensão de um verdadeiro botim colonial e de partilha imperialista entre as grandes multinacionais. A mina de ouro de Sadiola está assim dividida: a IAMGOLD, empresa canadense, é acionista majoritária junto com a AngloGold, sul-africana, cada uma dispendo de 38% das ações, da SEMOS (Sociedade de Exploração das Minas de Ouro de Sadiola); o Estado malinês dispõe apenas do mínimo legal para liberar o acesso à exploração, isto é, 18%; o Banco Mundial, enfim, controla os 6% restantes (*idem*, p. 24-25). O primeiro grupo de hipóteses sustenta, portanto, que estudos mais acurados e teoricamente fundamentados sobre a exploração do ouro africano – da qual a maior parte da população dos países produtores jamais irá obter quaisquer vantagens dos lucros auferidos pela atividade mineradora – ajudarão a compreender os dinamismos do capitalismo contemporâneo em sua dimensão financeira.

Um segundo grupo de hipóteses diz respeito, mais diretamente, às sociedades africanas e ao tipo de capitalismo nelas estabelecido. Com as devidas especificações históricas e determinações conceituais, as teorias da dependência construídas a partir da América Latina, e de autores norte-africanos, como Samir Amin, podem ser retomadas como ponto de partida para a compreensão da exploração do trabalho nas minas de ouro africanas. As circunstâncias relatadas – alusivas à cidade de Sadiola – são típicas e se reproduzem de forma mais ou menos semelhante nas demais localidades africanas produtoras de ouro. Elas criam situações de desenvolvimento desigual e combinado, em que a geração de riquezas se dá com a produção simultânea da pobreza absoluta e relativa, já bastante explicadas pelas teorias da dependência, em termos de relações sociais capitalistas nos âmbitos econômico, político e ideológico. Tais teorias precisariam, no entanto, ser atualizadas e mais especificadas para dar conta dos diferentes contextos africanos. A discussão conceitual, a seguir, sugere alguns caminhos de como categorias elaboradas em condições sociais distintas podem ser aproveitadas para a construção de uma sociologia das sociedades africanas.

PROLETÁRIOS E CAMPONESES EM ÁFRICA?

O interesse da pergunta não é o de confirmar ou refutar empiricamente a existência de tais categorias teóricas nas realidades africanas. Christian Geffray (2009) teceu importantes comentários críticos ao uso da categoria camponês nos trabalhos do Centro de Estudos Africanos coordenados por

Ruth First. São contrapontos com os quais tendemos a concordar. Porém, estamos mais interessados, aqui, na questão epistemológica de como trabalhar com conceitos transplantados de contextos sociais bem distintos entre si. Esta preocupação foi também dos “africanistas”, na década de 1970. Claude Welch, por exemplo, indagava no início de artigo escrito em 1977 se “existem camponeses em África” (WELCH, 1977, p. 1). O sentido da pergunta tem, na presente seção, o propósito de questionar a validade da transplantação – para as realidades periféricas dos países africanos, asiáticos e latino-americanos – de categorias teóricas produzidas originariamente em situações históricas de um contexto social bastante específico e particularizado, o passado europeu de transição ao capitalismo; em particular, nos referimos às noções de “proletário” e “camponês”.

O que o proletário e o camponês europeus dos séculos XVIII, XIX e XX teriam em comum com os proletários e camponeses africanos que emergem com a partilha imperialista da África, ou como se costuma designar mais frequentemente, com os semiproletários e cultivadores africanos? A questão conduz a significativos impasses, pois a própria definição da categoria “camponês” já nasceu em meio a polêmicas intermináveis. Os camponeses representariam uma realidade transitória entre modalidades pré-capitalistas de produção e o capitalismo moderno? Ao mesmo tempo, a existência do campesinato dependia da existência de duas outras categorias sociais, a renda da terra e o senhor de terras. Não havendo nem um nem outro, não se poderia falar de campesinato e esse seria o caso dos países africanos. Como falar de camponeses em África, se existem chefes tradicionais que comandam a posse comunitária da terra, impedindo a emergência de produtores que trabalhem individualmente a terra, raciocinando em termos de retorno econômico? Enfim, não haveria uma situação de classe, baseada numa mesma posição no mundo da produção econômica, que atestasse a presença do camponês africano. Eram esses os termos das respostas negativas à pergunta proposta por Claude Welch (1977, p. 1-5). O equívoco de tais maneiras de se responder à questão reside na tendência a considerar os conceitos como coisas estáticas e que podem ser observadas direta ou indiretamente no mundo empírico.

As categorias das ciências sociais, entretanto, dizem respeito a processos sociais. Elas serão tanto mais úteis quanto mais forem capazes de dar conta da própria dinâmica das transformações sociais. As respostas negativas quanto à existência de camponeses e proletários nas realidades africanas deixam transparecer, por outro lado, certas posturas preconceituosas e etnocêntricas em relação ao continente africano. Ao negar determinadas realidades nas sociedades africanas que, supostamente, estariam presentes

apenas nos países europeus, ocidentais, o que se está negando inconscientemente, na verdade, é a presença histórica da África na própria modernidade capitalista. A rigor, não haveria *camponeses* nos países africanos, mas uma vida rural tradicional, baseada no domínio dos chefes étnicos locais. Em Moçambique, a denominação colonialista dessa autoridade é *régulo*. O poder desses chefes locais impediria, assim, a constituição mesma de uma classe de produtores com a posse individual de terras, cujo trabalho estaria submetido a vínculos de dependência pessoal e direta aos senhores de terra. No caso de África, o poder não se concentrava na terra; estava diretamente dirigido aos homens. “Os africanos mensuram a riqueza e o poder antes em homens do que em acres; aqueles que exercitam o poder são possuidores de homens e não proprietários de terras” (HOPKINS *apud* WELCH, 1977, p. 2). Ou seja, um sentimento qualquer de solidariedade tribal, primitivo, impediria a emergência histórica da categoria camponato. Visto que, de alguma forma, a extração de excedente econômico dessa classe de produtores diretos – sob as formas, primeiro, de trabalho compulsório e, depois, de renda-trabalho – estaria na origem da transição à modernidade capitalista, é como se a África estivesse fora da história mundial (ou melhor, europeia) ao não deter tal ponto de partida social, econômico e político. Assim, os mesmos critérios científicos de estudo das sociedades ocidentais modernas, europeias, não seriam válidos para o estudo de África.

Em *O ouro negro*, Ruth First adota abundantemente as categorias “proletários” e “camponeses” sem, no entanto, problematizar seu uso nos contextos sul-africano e moçambicano. Na verdade, o termo mais utilizado é “semiproletário”, pois os mineradores não constituíam uma situação de classe bem definida, ora trabalhando nas minas, ora retornando à agricultura nas terras de suas famílias. O ponto positivo da abordagem de First é que o trabalho em África, na indústria mineira ou no campo, foi analisado sob uma perspectiva não diversa da que se pode encontrar nas investigações sobre o capitalismo moderno. Nesse sentido, a África Austral está inserida na história mundial e faz parte do jogo complexo de sua rede de trocas econômicas, culturais, disputas ideológicas e de poder. Ela passaria longe da perspectiva eurocêntrica dominante. Por outro lado, se seria possível falar de proletários e camponeses nas realidades africanas, ao longo do estudo de Ruth First não se tornam tão evidente as diferenças específicas dessas categorias sociais, nas situações particulares de existência na África do Sul e em Moçambique. O que poderia haver de geral e comum entre os camponeses e proletários na África e na Europa Ocidental, ou em várias outras realidades históricas, parece estar bem estabelecido nesse estudo sobre o mineiro moçambicano. Mas, o

que poderia haver de mais específico e particular apenas se deixa insinuar. Talvez, um esforço interpretativo – consistentemente mais voltado para o tratamento analítico das canções entoadas pelos trabalhadores mineiros e pelas suas famílias, por exemplo, pelas esposas dos trabalhadores migrantes que permaneciam no campo – possibilitasse uma visão mais detalhada da cosmovisão desses semiproletários agricultores. As entrevistas em profundidade, por sua vez, poderiam ter recebido maior atenção e um tratamento mais detalhado. O material analisado em *O mineiro moçambicano* poderia, com os recursos atuais mais sofisticados da análise do discurso, explicitar novos horizontes e descobertas não desbravados por Ruth First e a equipe de investigadores sob sua coordenação. O mais importante, contudo, é que na elaboração de *O ouro negro* a ideia não era simplesmente transplantar categorias teóricas e, sim, trabalhar o conteúdo dessas noções nas condições históricas originais da África Austral.

O trabalho de crítica conceitual que se faz nas ciências sociais é, radicalmente, o mesmo; seja nas investigações realizadas em relação ao mundo europeu e/ou às zonas periféricas na própria Europa, seja nos estudos sociológicos e antropológicos sobre as periferias da Ásia, África e América Latina. A necessidade da multilateralidade dos conceitos é a mesma para captar realidades tão complexas e dinâmicas, num caso e no outro. A dinâmica dos procedimentos de trabalho em África não pode ser compreendida fora do contexto internacional, como uma sorte qualquer de padrão social tradicional e isolado. Os enfoques etnológico, antropológico, sociológico e histórico podem ser combinados de modo a ampliarem as perspectivas sobre objetos de estudo nas diversas realidades africanas. Porém, deve-se ter em mente que as sociedades africanas – há muito tempo, como nos trabalhos de Balandier (2014) – não podem ser vistas como simples sociedades agrárias. Em especial, o processo cada vez mais intenso de mundialização do capital tornou necessárias investigações que focalizem a penetração do capitalismo no campo, em termos de determinações históricas mais precisas a respeito das formas particulares de valorização do capital em África, a exemplo de Samir Amin (1977) e do próprio trabalho de First (1983) antes descrito.

Os dois grupos de hipóteses levantados na seção precedente sobre os laços de proximidade entre o “capital especulativo parasitário” e a superexploração dos trabalhadores nas minas africanas de ouro – ao apontarem a produção de realidades sociais díspares e não coetâneas convivendo de forma solidária – revelam o quanto a dinâmica internacional do capitalismo exige um enfoque capaz de integrar, num mesmo movimento de análise, o tradicional e o moderno, o agrário e o urbano, subdesenvolvimento e

desenvolvimento, o velho e o novo, evitando-se que tais dicotomias, muitas vezes imprecisas, sejam ossificadas em perspectivas dualistas rígidas. Nesse sentido, pode-se afirmar pertinência na comparação conceitual entre as sociedades africanas, latino-americanas, asiáticas e europeias no que se refere ao uso de categorias como “proletário” e “camponeses”. No entanto, essa comparação deve estar embasada no estudo de situações históricas concretas e no esforço constante de crítica teórica e metodológica da herança deixada pelas ciências sociais clássicas e modernas, construídas nos mais diversos contextos intelectuais. O trabalho comparativo nas ciências sociais é fundamental para o desenvolvimento e a crítica dos conceitos, tendo-se em mente que a validade histórica das categorias de análise nos convida a um exercício constante de apreensão das aproximações e diferenças entre as diversas realidades continentais e de países situados nos centros e nas periferias do sistema capitalista.

CONCLUSÕES

O livro de Ruth First sobre o trabalhador migrante moçambicano nas minas da África do Sul é um clássico das ciências sociais. A sua perspectiva se concentra no campo da Economia Política; porém, seus horizontes teóricos e metodológicos possuem importância mais abrangente para as áreas da sociologia, antropologia, história e ciência política. Por isso o objetivo deste artigo é focalizar a obra no contexto político da luta de libertação de Moçambique e de tentativa posterior de edificação de uma sociedade nacional, em bases socialistas.

Essa contextualização foi necessária para compreender o próprio ponto de partida das ciências sociais nesse país, como também explicar os resultados e as posições teóricas e metodológicas de Ruth First e sua equipe de pesquisadores. De igual modo, o livro sobre o mineiro moçambicano pode servir como uma rica fonte de hipóteses para estudos mais atuais sobre diversas realidades da África contemporânea. Por essa razão, foi avançado um esforço de ampliação de perspectiva, focalizando a situação específica da extração de ouro e exploração de trabalhadores africanos nas minas da cidade de Sadiola, no Mali. Sugeriu-se que a atuação do “capital financeiro” na região intensifica a superexploração do trabalhador africano e reforça as desigualdades internas de seus países, bem como aumenta em níveis drásticos a poluição do meio ambiente, ameaçando a saúde das populações locais.

Por fim, a questão metodológica da comparação conceitual entre as diferentes situações africana, europeia, latino-americana e asiática foi

colocada em termos da necessidade de se realizar investigações baseadas no modo particular como as categorias teóricas das ciências sociais podem ser utilizadas em contextos específicos. A discussão acerca das categorias “proletário” e “camponês” serviu apenas de pretexto para uma tomada de posição, segundo a qual a teoria nas ciências sociais pode sair enriquecida, pela sua crítica e redefinição metodológicas, a partir de investigações particulares e comparativas de África, América Latina, Ásia e Europa. Não caberia, nesse sentido, em nome da construção de uma suposta epistemologia africana e/ou proveniente do Sul Global, abrir mão das perspectivas teóricas elaboradas nas condições intelectuais dos países de capitalismo central. As teorias construídas nos diferentes contextos ocidentais podem ser insuficientes, muitas vezes com aspectos etnocêntricos, quando procuram dar conta das sociedades periféricas; assim, o esforço de realizar a crítica de seus pressupostos metodológicos é uma tarefa fundamental, não apenas para reforçar a capacidade de compreender as periferias e o mundo, mas para ampliar e refinar o conjunto de conhecimentos que conformam as próprias ciências sociais.

NOTAS

* Uma versão resumida do presente artigo foi apresentada no simpósio temático “Por uma história da África e dos africanos: diversidades, debates e combates!”, dentro do VII Encontro Estadual de História (ANPUH-BA), realizado em Cachoeira e São Félix-BA, de 30 de setembro a 03 de outubro de 2014.

1 Uma reedição mais recente do relatório de pesquisa foi preparada por uma equipe de investigadores da Universidade Eduardo Mondlane, em 1998, com o fim de ser apresentada durante a realização do V Congresso Afro-Luso-Brasileiro em Maputo. Esta edição contém uma transcrição mais completa de entrevistas e canções, em relação aos relatórios originais; por isso, ela se aproxima mais da tradução inglesa. A modificação mais substancial nessa última publicação foi a ampliação da bibliografia, na qual introduzimos referências, situando, assim, o caso específico do trabalho migrante em Moçambique no contexto histórico mais abrangente da África Austral. A esse respeito, ver Centro de Estudos Africanos (UEM), O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane, Centro de Estudos Africanos-UEM, Maputo, 1998.

2 A expressão “capital especulativo parasitário” foi tomada de empréstimo de Reinaldo Carcanholo e Paulo Nakatani (1999), que preferem utilizá-la em substituição à expressão teoricamente imprecisa de “capital financeiro”. Em *O Capital* (MARX, 2008, p. 421), não se encontra exatamente a expressão *capital financeiro*, tradução equivocada de *Geldhandlungskapital*, que em termos mais literais significa capital de comércio de dinheiro. A confusão conceitual não é insignificante, já que dificulta a apreensão das reais relações entre capital produtivo e o que se chama genericamente de capital financeiro. Quando representado de forma tão geral e imprecisa, este ganha uma existência conceitual autônoma e fetichizada, inteiramente contrária à proposta teórica de Marx em sua crítica da economia política. A expressão “capital financeiro” é muito ampla, passando a ideia de envolver toda e qualquer operação que resulte em ganhos especulativos com base na comercialização de dinheiro. Nesse sentido, o capital a juros e o capital fictício deteriam o mesmo estatuto explicativo. Na perspectiva marxista, essas categorias precisam estar claramente definidas, em suas relações com o capital produtivo. A ideia de “capital especulativo parasitário” ajuda a precisar melhor a natureza dos lucros gerados a partir da especulação em torno do capital-dinheiro: sem produzir excedente econômico e/ou mais-valia, ele se apropria de parte dessa mais-valia e do excedente gerado na produção. Esse capital é volátil apenas na aparência, porque especula com o capital-dinheiro que se gera na própria atividade produtiva. No campo ideológico, o uso que se faz dessa caracterização tão ampla e imprecisa seria bastante devastador para nações em luta contra a pobreza, pois a ideia de um capital financeiro todo-poderoso – contra o qual nada se pode fazer, sob pena de perder investimentos e ficar em desvantagem no cenário mundial – tem sido a propaganda mais forte para desvirtuar o

direcionamento das economias nacionais para o atendimento das necessidades da maior parte de sua população. Do mesmo modo, acredita-se que o capital financeiro tenha uma existência autônoma, quando na verdade o seu lastro real possui fortes relações com a exploração dos trabalhadores em geral; e, no caso em estudo, com a exploração do trabalho nas minas de ouro e outros metais preciosos, estando o continente africano diretamente vinculado a tal atividade. Uma das preocupações teóricas do presente artigo é sugerir como a exploração do trabalho em África e nas periferias do sistema capitalista (América Latina, Leste Europeu etc.) fornece uma base segura para compreendermos uma noção tão complexa como a de capital financeiro. Aqui, as periferias não são tomadas como meras ilustrações da teoria; elas nos permitem, sim, desenvolver com maior propriedade determinadas noções teóricas.

3 O termo “ocidental” é aqui utilizado num sentido muito amplo, significando a associação que comumente se faz entre o advento histórico da modernidade e a própria emergência das ciências sociais. Essa associação é geralmente positiva, pois as ciências sociais só poderiam ter florescido num ambiente social propício ao livre debate de ideias possibilitado pela liberdade nos planos econômico e político. Trata-se, na verdade, de uma idealização etnocêntrica do Ocidente, que desconsidera suas crises, contradições e conflitos internos, bem como a própria diversidade e pluralidade de seus países e regiões, improvável de ser descrita por uma identidade única e tão exclusiva. Caberia perguntar, nesse sentido, se o Nazismo e as ditaduras fascistas seriam parte desse Ocidente ou se a repressão do Exército colonial francês contra a Argélia estaria de acordo com os ideais ocidentais de liberdade.

4 António Enes (1848-1901) elaborou, em 1893, um relatório sobre a Província de Moçambique, no qual recomendava como receita de desenvolvimento a importação de capitais estrangeiros, combinada com a exploração do trabalho negro (PÉLISSIER, 2000, p. 169-170). Além disso, cumpre ressaltar que António Enes representa, talvez, a expressão mais elaborada do discurso jurídico-normativo que oficializou a figura do indígena, sempre em oposição à ideia de assimilação, isto é, do indígena convertido à civilização. O papel das ciências sociais era justamente o de facilitar essa tarefa: “[...] parece-me que a propaganda cristã em África precisa adaptar-se aos caracteres, ao estado intelectual e moral dos povos que se propõe converter, e que o propagandista carece de uma educação especialíssima, dirigida ao mesmo tempo pela religião e pelas ciências sociológicas” (ENES *apud* MACAGNO, 2000, p. 35; citação retirada do relatório de 1893).

5 Para um panorama geral da visão política de Mondlane, assim como para uma dimensão mais exata das influências marxistas em seu pensamento, ver Herbert Shore, *Resistência e revolução na vida de Eduardo Mondlane, Estudos Moçambicanos*, Maputo, n. 16, p. 19-59, 1999. Nessa mesma

edição da Revista, encontram-se trabalhos, de outros autores, alusivos a Eduardo Mondlane, dentre os quais o de Teresa Cruz e Silva, que ressalta a influência da Missão Suíça na formação intelectual do futuro dirigente da FRELIMO.

6 Para uma visão mais ampla da formação de Eduardo Mondlane como cientista social, ver Livio Sansone, Eduardo Mondlane and the social sciences, *Vibrant*, v. 10, n. 2, 2013.

7 Para uma visão mais geral do tipo de trabalho desenvolvido no CEA da Universidade Eduardo Mondlane, ver Aquino de Bragança e Bridget O’Laughlin, “O trabalho de Ruth First no Centro de Estudos Africanos: o curso de desenvolvimento”, in Marco Mondaini (org.), *Sonhar é preciso: Aquino de Bragança: independência e revolução na África Portuguesa (1980-1986)*, Recife: Editora UFPE, 2014. A própria Ruth First apresentou sinteticamente sua perspectiva política e teórica de luta contra o subdesenvolvimento. A esse respeito, ver Ruth First, Subdesenvolvimento e trabalho migratório, in Marco Mondaini (org.), *op. cit.*, 2014. Para uma visão crítica sobre o CEA da UEM, ver Christian Geffrey, Fragments d’un discours du pouvoir (1975-1985): du bon usage d’une méconnaissance scientifique, in Y. Guillaud e F. Létang (orgs.), *Du social hors la loi: l’anthropologie analytique de Christian Geffray*, Marseille: IRD, 2009, p. 58-72. Neste artigo, se contesta a própria existência histórica e política da categoria “camponês” em Moçambique.

8 Uma coletânea dos escritos de Marini sobre a dependência pode ser consultada em Roberta Traspadini e João Pedro Stédile (orgs.), *Ruy Mauro Marini: vida e obra*, 2005. E, ainda, sobre publicações atuais da teoria marxista da dependência, ver Carlos Eduardo Martins (2011).

9 A crítica ao dualismo reducionista das teorias da modernização e a certas versões das teorias do desenvolvimento foi avançada, na década de 1970, por autores que se debruçaram sobre as realidades africana e latino-americana. Ver, a esse respeito, Tetteh A. Kofi (1977) e Francisco de Oliveira (2003).

10 A seguinte passagem demonstra a combinação entre exploração capitalista e formas não capitalistas de exploração, um traço típico da dependência: “Nós tentamos mostrar como essas sociedades camponesas, longe de constituírem um setor ‘tradicional’ distinto do assim chamado setor ‘moderno’, como poderia caracterizá-las uma teoria dualista, estavam profundamente imbricadas: a acumulação por meio do capital mineiro na economia sul-africana altamente industrializada estava baseada na extração de trabalho dessas e de outras sociedades camponesas na região” (FIRST, 1983, p. 183).

11 Para uma visão mais abrangente do conjunto da obra de Ruth First, consultar as seguintes páginas da internet: <http://www.ruthfirstpapers.org.uk/> e <http://www.sahistory.org.za/people/ruth-heloise-first>.

- BIBLIOGRAFIA** ALLINA, Éric. Slavery by any other name: African life under Company Rule in Colonial Mozambique. *Cadernos de Estudos Africanos*, 25, 2013, p. 209-212.
- AMIN, Samir. *L'accumulation à l'échelle mondiale*. Paris: Éditions Anthropos, 1970.
- AMIN, Samir. *O desenvolvimento desigual: ensaios sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. São Paulo: Forense, 1976.
- AMIN, Samir. O capitalismo e a renda fundiária, in: AMIN, S., VERGOPOULOS, K. (orgs.). *A questão agrária e o capitalismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BALANDIER, Georges. *Sociologia da África Negra: dinâmica das mudanças sociais na África Central*. Lisboa/Luanda: Edições Pedagogo/Edições Mulemba, 2014.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 2ª edição. Florianópolis: Insular, 2013.
- BRAGANÇA, Aquino de; O'LAUGHLIN, Bridget. O trabalho de Ruth First no Centro de Estudos Africanos: o curso de desenvolvimento, in: MONDAINI, M. (org.). *Sonhar é preciso: Aquino de Bragança: independência e revolução na África Portuguesa (1980-1986)*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2014.
- CARCANHOLO, Reinaldo A., NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 284-304, 1999.
- CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS-UEM. *O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane*. Maputo: CEA-UEM, 1998.
- FERNANDES, Florestan. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.
- FIRST, Ruth. *Black Gold: the Mozambican Miner, proletarian and peasant*. Sussex/New York: The Harvester Press/ St. Matins's Press, 1983.
- FIRST, Ruth. Subdesenvolvimento e trabalho migratório, in: MONDAINI, M. (org.). *Sonhar é preciso: Aquino de Bragança: independência e revolução na África Portuguesa (1980-1986)*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2014.
- HARRIES, Patrick (1976), Labour migration from the Delagoa Bay hinterland to South Africa, 1852 to 1895. *The Societies of Southern Africa in the 19th and 20th centuries*, v. 7, London, ICS, 1976.
- HARRIS, Marvin. Labour emigration among the Mozambique Thonga: cultural and political factors. *Africa*, 29, 1959, p. 50-66.
- GEFFRAY, Christian. Fragments d'un discours du pouvoir (1975-1985): du bon usage d'une méconnaissance scientifique. In: GUILLAUD, Y.,

- LÉTANG, F. (orgs.). *Du social hors la loi: l'anthropologie analytique de Christian Geffray*. Marseille: IRD, 2009, p. 58-72.
- JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- KOFI, Tetteh A. Peasants and economic development: populist lessons for Africa. **African Studies Review**, v. 20, n. 3, p. 91-119, dec. 1977.
- LABARTHE, Gilles. *L'or africain: pillages, trafics & commerce international*. Marseille: Agone, 2007.
- MACAGNO, Lorenzo. Do assimilacionismo ao multiculturalismo: educação e representações sobre a diversidade cultural em Moçambique. 2000. 2 v. (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *El 18 Brumario de Luis Bonaparte*. Buenos Aires: Longseller, 2005.
- MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Volume 5.
- MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Maputo: CEA, 1995.
- MOSCA, João. *Economia de Moçambique: século XX*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PÉLISSIER, René. *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918*. Lisboa: Estampa, 2000.
- PEREIRA, Rui M. Raça, sangue e robustez: os paradigmas da Antropologia Física colonial portuguesa. **Cadernos de Estudos Africanos**. 7/8, 2005, p. 209-241.
- RITA-FERREIRA, António. Recentes contribuições para o estudo do trabalho migratório de Moçambique para a África do Sul. **Cadernos do Noroeste**. v. 4 (6-7), 1991, p. 23-40.
- SANSONE, Livio. Eduardo Mondlane and the social sciences. **Vibrant**, v. 10, n. 2, p. 73-111, 2013.
- SHORE, Herbert. Resistência e revolução na vida de Eduardo Mondlane. **Estudos Moçambicanos**, Maputo, n. 16, p. 19-59, 1999.

SANTOS, Theotonio dos. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991.

SANTOS, Theotonio dos. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WELCH JR., Claude E. Peasants as focus in African Studies. **African Studies Review**, v. 20, n. 3, p. 1-5, dec. 1977

ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique*. 2ª edição. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), 2012.

Palavras-chave:

Ruth First; Moçambique; ouro negro; trabalhador migrante; África do Sul.

Resumo

O presente artigo aborda a obra clássica das ciências sociais moçambicanas, *Black gold: the Mozambican miner, proletarian and peasant* (1983), redigida por Ruth First, militante comunista e opositora do regime do *Apartheid*, em fins da década de 1970. O livro analisa a situação social dos trabalhadores migrantes nas minas da África do Sul, provenientes da província de Inhambane, em Moçambique. Essa obra é fundamental, de um lado, para se entender o caráter das ciências sociais moçambicanas logo após sua Independência em 1975, e, de outro, como fonte de hipóteses para investigações atuais sobre a exploração do trabalho nas minas africanas. Por fim, uma discussão sobre a pertinência de se utilizar as categorias “proletário” e “camponês” em países africanos ajudará a aprofundar a compreensão das possibilidades teóricas da África como objeto de estudo das ciências sociais.

Keywords:

Ruth First; Mozambique; black gold; migrant worker; South Africa.

Abstract

The present article describes the classical work of the Mozambican Social Sciences *Black Gold: the Mozambican miner, proletarian and peasant* (1983), written by Ruth First in the end of seventies. The author was a communist militant and fought against *Apartheid* regime. The book explains the social situation of migrant workers in the mines of South Africa, originated from Inhambane, South province of Mozambique. This work is fundamental to understand the character of Mozambican Social Sciences after the Independence in 1975. By reading Ruth First's book we can elaborate hypothesis about the exploitation of worker in the African mines today. Finally, we will discuss how the use of categories *proletarian* and *peasant* in African countries helps us to understand the theoretical possibilities of Africa as object of research in the Social Sciences.

Recebido para publicação em fevereiro/2015. Aceito em junho/2015.